

1- PROJETO DE LEI Nº 1076/2021

Oriundo do Executivo, que dispõe sobre a concessão de direito real de uso de área de terreno urbano à empresa PROGRESSO UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA

Em 2ª discussão e votação nominal

Nos termos do artigo 202, do Regimento Interno esta matéria requer maioria absoluta, ou seja, de cinco votos para ser aprovada.

2- PROJETO DE LEI Nº 1077/2021

Oriundo do Executivo, que revoga a Lei nº 1058/2021, de 25 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prolongamento da Rua José Pissaia

Em 2ª discussão e votação nominal

Nos termos do artigo 204, do Regimento Interno esta matéria requer maioria simples de votos para ser aprovada.

3- PROJETO DE LEI Nº 1078/2021

Oriundo do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2022 – Lei Orçamentária Anual assim distribuído:

- Orçamento do Município: R\$ 55 milhões
- Orçamento da Previdência Municipal: R\$ 12 milhões

Em 2ª discussão e votação nominal

Nos termos do artigo 204, do Regimento Interno esta matéria requer maioria simples de votos para ser aprovada.

4- PROJETO DE LEI Nº 1079/2021

Oriundo do Executivo, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Governo para o período 2022 a 2025

Em 2ª discussão e votação nominal

Nos termos do artigo 204, do Regimento Interno esta matéria requer maioria simples de votos para ser aprovada.

5- PROJETO DE LEI

Dos Vereadores Cesar Martins dos Santos, Edson Paulo Klemba e Felipe Cheremeta, que dispõe sobre a possibilidade de concessão do Abono – FUNDEB aos Profissionais da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino, na forma que especifica.

Conforme requerimento lido no expediente, estando de acordo com os termos regimentais,

Em ÚNICA discussão, votação nominal e redação final

Nos termos do artigo 204, do Regimento Interno esta matéria requer maioria simples de votos para ser aprovada.